

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO

Termo de Referência 108/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG

108/2026 989403-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO Editado por CAMILA FAGUNDES DA COSTA Atualizado em 20/03/2026 16:50 (v 0.6)

Status

DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria

Número da
ContrataçãoProcesso
Administrativo

V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra

6903/2026

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de **SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES DIVERSAS EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR**, para atender às necessidades da Secretaria de **Execução e Gestão de Governo** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01 - SERVIÇOS EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE 9.000 OU 12.000 BTUS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Instalação de condicionador de ar modelo Split High Wall (convencional ou inverter) de 9.000 ou 12.000 BTU/h, com distância de 3 metros de tubulação entre unidades condensadora e evaporadora	2020	UNIDADE	8	R\$ 640,00	R\$ 5.120,00
2	Desinstalação de condicionador de ar modelo Split High Wall (convencional ou inverter) de 9.000 ou 12.000 BTU/h	2020	UNIDADE	12	R\$ 344,39	R\$ 4.132,68
3	Higienização em condicionador de ar modelo split ou janeleiro 9.000 ou 12.000 BTU/h, com limpeza química profunda	2771	UNIDADE	90	R\$ 345,00	R\$ 31.050,00
4	Manutenção corretiva em condicionador de ar modelo split ou janeleiro 9.000 ou 12.000 BTU/h, com carga de gás, correção de vazamentos e fornecimento de peças – exceto serpentina, compressor e placa eletrônica principal da unidade condensadora	2771	UNIDADE	67	R\$ 421,50	R\$ 28.240,50

GRUPO 02 - SERVIÇOS EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE 18.000 OU 24.000 BTUS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5	Instalação de condicionador de ar modelo Split High Wall (convencional ou inverter) de 18.000 ou 24.000 BTU/h, com distância de 3 metros de tubulação entre unidades condensadora e evaporadora	2020	UNIDADE	3	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
	Desinstalação de condicionador de ar modelo					

6	Split High Wall (convencional ou inverter) de 18.000 ou 24.000 BTU/h	2020	UNIDADE	4	R\$ 397,00	R\$ 1.588,00
7	Higienização em condicionador de ar modelo split ou janelheiro 18.000 ou 24.000 BTU/h, com limpeza química profunda	2771	UNIDADE	26	R\$ 400,00	R\$ 10.400,00
8	Manutenção corretiva em condicionador de ar modelo split ou janelheiro 18.000 ou 24.000 BTU/h, com carga de gás, correção de vazamentos e fornecimento de peças – exceto serpentina, compressor e placa eletrônica principal da unidade condensadora	2771	UNIDADE	15	R\$ 585,85	R\$ 8.787,75

GRUPO 03 - SERVIÇOS EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE 48.000 OU 60.000 BTUS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
9	Instalação de condicionador de ar modelo Split High Wall (convencional ou inverter) de 48.000 ou 60.000 BTU/h, com distância de 3 metros de tubulação entre unidades condensadora e evaporadora	2020	UNIDADE	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00
10	Desinstalação de condicionador de ar modelo Split High Wall (convencional ou inverter) de 48.000 ou 60.000 BTU/h	2020	UNIDADE	2	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00
11	Higienização em condicionador de ar modelo split ou janelheiro 48.000 ou 60.000 BTU/h, com limpeza química profunda	2771	UNIDADE	8	R\$ 407,50	R\$ 3.260,00
12	Manutenção corretiva em condicionador de ar modelo split ou janelheiro 48.000 ou 60.000 BTU/h, com carga de gás, correção de vazamentos e fornecimento de peças – exceto serpentina, compressor e placa eletrônica principal da unidade condensadora	2771	UNIDADE	8	R\$ 600,00	R\$ 4.800,00

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ARP ou Contrato, na forma do artigo 84, da Lei n. 14.133/2021 e podendo ser prorrogado, nas formas dos artigos 105 e 107 da mesma lei;

1.4. O contrato poderá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação NÃO está previsto no Plano de Contratações Anual, contudo, encontra-se alinhado com a LOA (Lei Orçamentária Anual) e com o PPA (Plano Plurianual).

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A empresa deverá providenciar o correto descarte de fluídos refrigerantes e qualquer peça danificada dos aparelhos de ar-condicionado que sofrerem manutenções;

4.1.2. A empresa deverá providenciar a correta manutenção em especial da parte energética, evitando que os aparelhos sobrecarregam o quadro de energia, evitando assim o gasto excessivo e desperdício da mesma.

Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

4.2. Não há indicação de marca para os itens constantes nessa aquisição.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não se aplica a presente contratação

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8.1. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

As condições de prazo do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1. O prazo para a prestação dos serviços será de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da comunicação formal do Fiscal de Contratos, em caso de identificação de mau funcionamento do aparelho específico;

5.1.1. A definição do prazo de até 2 (dois) dias úteis para a realização de serviços de manutenção em aparelhos de ar-condicionado é fundamentada na importância de garantir condições adequadas de climatização nos ambientes de trabalho e de atendimento ao público. Muitos desses espaços, incluindo locais que recebem pacientes e outros usuários, dependem diretamente de uma temperatura confortável para o desempenho de suas atividades e para a preservação do bem-estar das pessoas que frequentam essas instalações. No estado de Goiás, a necessidade de uma climatização funcional é ainda mais evidente devido às características climáticas regionais. Durante boa parte do ano, as temperaturas podem atingir níveis elevados, tornando os ambientes excessivamente quentes, enquanto, em outros períodos, o frio pode gerar desconforto significativo. A ausência de climatização adequada pode comprometer não apenas o conforto, mas também a saúde e a produtividade de funcionários, além do desconforto de pacientes e demais usuários. Portanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis busca equilibrar a complexidade dos serviços técnicos com a necessidade de assegurar a rápida retomada das condições normais de climatização, minimizando transtornos e preservando o bem-estar de todos.

As Condições de Execução do objeto seguirá as seguintes metodologias:

5.2. Instalação

5.2.1. A instalação dos aparelhos condicionadores de ar deverá ser realizada de modo a garantir o pleno funcionamento, a eficiência energética e a durabilidade dos equipamentos, observando rigorosamente as recomendações dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e a legislação vigente.

5.2.2. Os serviços deverão contemplar, no mínimo: a fixação adequada das unidades evaporadora e condensadora; a interligação entre os equipamentos por meio de tubulação frigorígena; a execução das conexões elétricas; a instalação de sistema de drenagem para escoamento de condensado; a realização de testes de estanqueidade; a execução de vácuo no sistema; a carga de gás refrigerante, quando necessária; e a realização de testes operacionais para verificação do correto funcionamento dos equipamentos.

5.2.3. Para fins desta contratação, será considerada a distância máxima de até 3 (três) metros de tubulação entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora. Dentro desse limite, todo o material necessário à instalação e ao perfeito funcionamento do equipamento — incluindo, mas não se limitando a tubulações, cabos elétricos, suportes, isolamentos térmicos, conexões, drenos, gases refrigerantes e demais insumos — será de responsabilidade exclusiva da Contratada.

5.2.4. Caso a distância entre as unidades ultrapasse o limite de 3 (três) metros, os custos adicionais referentes ao fornecimento de materiais excedentes serão de responsabilidade da Contratante, condicionados à prévia apuração e autorização formal.

5.2.5. A Contratada deverá assegurar garantia dos serviços de instalação, comprometendo-se a corrigir, sem ônus para a Contratante, quaisquer falhas decorrentes da execução dos serviços, durante o prazo estabelecido em contrato.

5.2.6. Deverá ser apresentada, quando aplicável, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento equivalente, emitido por profissional legalmente habilitado, responsabilizando-se tecnicamente pela execução dos serviços.

5.2.7. A Contratada deverá, ainda, observar as normas ambientais vigentes, promovendo o correto gerenciamento dos resíduos gerados, bem como o adequado recolhimento, armazenamento e destinação final de gases refrigerantes, em conformidade com as diretrizes dos órgãos competentes, incluindo o IBAMA. Deverá também adotar, quando aplicável, práticas de logística reversa, com a devida comprovação documental.

5.2.8. O descumprimento das disposições estabelecidas nesta cláusula sujeitará a Contratada às penalidades previstas no instrumento contratual.

5.3. Higiениzaçã

5.3.1. A manutenção preventiva dos sistemas de climatização deverá ser executada de forma contínua e programada, com o objetivo de assegurar o pleno funcionamento, a eficiência operacional, a durabilidade dos equipamentos e a qualidade do ar interior, contemplando, obrigatoriamente, a higienização por meio de limpeza química profunda.

5.3.2. Os serviços deverão abranger inspeções periódicas, avaliações das condições operacionais e intervenções técnicas necessárias, incluindo a limpeza química profunda das unidades evaporadoras, condensadoras e demais componentes do sistema, com a finalidade de remover sujidades, incrustações, microrganismos, biofilmes, fungos e bactérias, garantindo condições adequadas de higiene e desempenho.

5.3.3. A limpeza química profunda deverá ser realizada com periodicidade mínima semestral, podendo ser ajustada conforme a necessidade operacional, condições de uso dos equipamentos ou mediante solicitação da Contratante, devidamente justificada.

5.3.4. Os produtos utilizados na higienização deverão ser apropriados para a finalidade, regularizados nos órgãos competentes e aplicados conforme as recomendações dos fabricantes, de modo a não causar danos aos equipamentos, ao meio ambiente ou à saúde dos usuários e dos profissionais envolvidos.

5.3.5. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as orientações técnicas dos fabricantes, bem como as normas vigentes aplicáveis, incluindo as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e demais órgãos reguladores pertinentes, além das diretrizes da Contratante.

5.3.6. A Contratada deverá elaborar, implementar e manter atualizado o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), conforme legislação vigente, contemplando o cronograma das manutenções preventivas, registros das atividades realizadas, identificação dos responsáveis técnicos e demais informações necessárias ao adequado controle e rastreabilidade dos serviços.

5.3.7. Os serviços deverão ser executados conforme procedimentos operacionais padronizados, com descrição detalhada das atividades, utilização de mão de obra qualificada e registro formal das intervenções realizadas, incluindo relatórios técnicos, evidências fotográficas quando aplicável e recomendações para eventuais ações corretivas.

5.3.8. O descumprimento das disposições estabelecidas nesta cláusula sujeitará a Contratada às penalidades previstas no instrumento contratual.

5.4. Manutenção

5.4.1. A manutenção corretiva compreenderá a realização de intervenções técnicas destinadas à correção de falhas, defeitos ou irregularidades nos sistemas de climatização, decorrentes de desgaste natural, falhas operacionais ou quaisquer outras causas que comprometam o desempenho dos equipamentos, visando restabelecer suas condições normais de funcionamento.

5.4.2. Os serviços de manutenção corretiva incluirão, no mínimo, a identificação de falhas, ajustes técnicos, correção de vazamentos, realização de carga de gás refrigerante e substituição de componentes necessários ao pleno restabelecimento do sistema, incluindo o fornecimento de peças, excetuando-se, contudo, as seguintes: serpentina, compressor e placa eletrônica principal da unidade condensadora.

5.4.3. As peças excluídas do fornecimento — serpentina, compressor e placa eletrônica principal da unidade condensadora — quando identificada a necessidade de substituição, somente poderão ser adquiridas e instaladas mediante prévia autorização da Contratante, por meio do procedimento administrativo que se mostrar mais adequado e viável. Nesses casos, poderá ser exigida a aquisição de peça de marca específica, considerando a necessidade de compatibilidade técnica com o equipamento existente.

5.4.4. Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, no local onde os equipamentos estiverem instalados. Nos casos em que, por determinação técnica devidamente justificada, houver necessidade de remoção do equipamento para reparo em oficina, a Contratada deverá solicitar autorização prévia da Contratante, sendo responsável, sem ônus adicional, pela desmontagem, transporte, reparo e reinstalação do equipamento, bem como pelos riscos inerentes a essas operações.

5.4.5. A Contratada deverá dispor de estrutura adequada para a execução dos serviços, incluindo oficina equipada e equipe técnica qualificada. As peças substituídas deverão ser obrigatoriamente devolvidas à Contratante após a conclusão dos serviços.

5.4.6. Todas as despesas relacionadas à execução dos serviços de manutenção corretiva, incluindo mão de obra, transporte (ida e volta) e demais custos operacionais, serão de responsabilidade da Contratada.

5.4.7. A execução dos serviços dar-se-á mediante solicitação da Contratante, por meio de canais formais disponibilizados pela Contratada, tais como telefone, e-mail ou sistema eletrônico, devendo ser assegurado atendimento tempestivo, especialmente em situações emergenciais.

5.4.8. Após a conclusão dos serviços, os equipamentos deverão ser submetidos a testes operacionais, na presença do Fiscal do Contrato, a fim de verificar o pleno restabelecimento de suas condições de funcionamento.

5.4.9. A Contratada não poderá realizar intervenções que impliquem na paralisação prolongada, remoção de equipamentos ou alterações nas características estruturais ou estéticas das instalações sem a prévia e formal autorização da Contratante.

5.4.10. Nos casos em que a manutenção corretiva implique na paralisação do sistema por período prolongado, a Contratada deverá apresentar, previamente, plano de contingência contendo medidas que assegurem a continuidade da climatização dos ambientes, quando aplicável.

5.4.11. A Contratada deverá apresentar Plano de Manutenção atualizado, contemplando as atividades corretivas, bem como a composição da equipe técnica responsável pela execução dos serviços.

5.4.12. O descumprimento das disposições estabelecidas nesta cláusula sujeitará a Contratada às penalidades previstas no instrumento contratual.

5.5. Equipamentos e utensílios utilizados na execução dos serviços

5.5.1. A **CONTRATADA** identificará todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade;

5.5.2. A **CONTRATADA** manterá todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica e de acordo com as resoluções vigentes, quanto ao nível de ruído (barulho) produzido por tais equipamentos, em caso dos mesmos produzirem ruídos em excesso que venham a perturbar os servidores, a população em uso dos órgãos públicos, pacientes e acompanhantes.

5.5.3. A **CONTRATADA** observará a conduta adequada na utilização dos utensílios e dos equipamentos disponibilizados para a prestação dos serviços, objetivando correta higienização dos utensílios das instalações objeto da prestação de serviços.

5.6. Apresentação de relatórios, laudos e serviços técnicos

5.6.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, juntamente com a nota fiscal dos serviços, um relatório detalhado contendo as informações mínimas exigidas, assinado pelo responsável técnico da empresa e pelo técnico que realizou o serviço. Esse relatório poderá ser apresentado no formato de ordem de serviço, desde que inclua, no mínimo, o PMOC, o cronograma e o Laudo de Qualidade do Ar. A documentação poderá ser entregue em formato digital, caso acordado entre as partes.

5.6.2. A **CONTRATADA** apresentará à **CONTRATANTE**, “Relatório de Execução dos Serviços Realizados” do período, dentre outras informações, onde deverá constar:

- a)** Descrição sumária do(s) equipamento(s) consertado e/ou revisado(s) constando marca(s)/modelo (s), nº de tombamento patrimonial;
- b)** Data, hora de início e término dos serviços;
- c)** Condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos consertados e/ou revisados;
- d)** Informações sobre peças que deverão ser substituídas;
- e)** Constar estas informações na ficha de manutenção do equipamento.
- f)** Análise de ocorrências extra rotina e eventuais sugestões, com vistas a maximizar a eficiência e a confiabilidade dos equipamentos.

5.6.2.1. Caso não haja ocorrência deverá ser anotada a data e a expressão “sem ocorrências”

5.6.3. Todos os serviços executados serão anotados na ficha de Manutenção do equipamento que deverá ficar na unidade, em posse de cada Fiscal de Contratos.

5.6.4. A empresa deverá apresentar um sistema de controle de manutenção, onde será verificado as ordens de serviço e o inventário dos equipamentos;

5.7. Equipamentos de proteção a serem utilizados

5.7.1. Todos os colaboradores da contratada deverão estar munidos de Uniformes e EPI (Equipamento de Proteção Individual), conforme Norma Regulamentadora 06 - NR 06.

5.7.2. A contratada fornecerá gratuitamente os equipamentos de proteção individual e coletiva, necessários para execução do objeto deste Termo de Referência:

Determina a Consolidação das Leis de Trabalhos – Capítulo V – Da segurança e da Medicina no Trabalho – Seção IV – Art. 166 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual adequada ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

5.7.3. Os EPIs deverão ser imediatamente substituídos sempre que expirar os respectivos prazos de validade ou apresentarem defeitos/danos que possibilitem riscos aos colaboradores.

Local e horário da prestação dos serviços

5.8. Os serviços poderão prestados nas secretarias e departamentos subordinados a Secretaria Municipal de Execução e Gestão de Governo;

5.9. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 de segunda a sexta-feira.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.10. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#))

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **15 (quinze)** dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1. O prazo de validade;

7.15.2. A data da emissão;

7.15.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. O valor a pagar; e

7.15.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **15 (quinze)** dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **um ano** contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

7.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.31. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.32. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Para os itens constantes neste Termo de Referência a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e art. 11 do Decreto Municipal nº 1417/2021 e, com fulcro no art. 20 do mesmo decreto, considera-se como REGIONALIDADE:

8.2.1. II Regional, sendo uma das alternativas a seguir, de conformidade com o que dispuser o instrumento convocatório:

c) o âmbito dos municípios, dentro do Estado ou limítrofes, existentes dentro do raio de distância rodoviária, definido no instrumento convocatório, em quilômetros, superior aos limites geográficos do próprio Município;

8.2.1.1. A distância em quilômetros estabelecida será de até 120km.

8.2.1.2. Essa distância tem como início a cidade de Itaberaí com a Latitude/Longitude: -16.03492,-49.79698

Justificativa para a Definição da Distância na Seleção de Empresa Prestadora de Serviços

8.3. A definição da distância geográfica como critério na seleção de empresas para a prestação de serviços de instalação e manutenção de **condicionadores de ar** foi estabelecida com o objetivo de atender às seguintes necessidades:

8.3.1. Rapidez no Atendimento: A proximidade geográfica da empresa contratada proporciona maior agilidade no atendimento de demandas emergenciais e na execução de serviços programados, reduzindo o tempo de resposta para manutenções corretivas e preventivas, bem como minimizando paralisações prolongadas de equipamentos essenciais ao funcionamento das atividades administrativas.

8.3.2. Redução de Custos com Deslocamento: A contratação de empresas situadas dentro de um raio previamente definido contribui para a diminuição dos custos relacionados ao deslocamento de equipes técnicas, refletindo positivamente no custo final dos serviços, tanto para a Administração Pública quanto para os contratados.

8.3.3. Sustentabilidade e Impacto Ambiental: A priorização de empresas localizadas em regiões próximas reduz os impactos ambientais decorrentes do transporte, especialmente no que se refere à emissão de gases poluentes, estando alinhada às diretrizes de sustentabilidade adotadas pela Administração Pública.

8.3.4. Valorização da Economia Local ou Regional: A delimitação geográfica também visa fomentar e fortalecer a economia local e regional, ao priorizar a contratação de empresas que contribuam para a geração de emprego e renda no município e em seu entorno, em consonância com as políticas de desenvolvimento econômico sustentável.

8.3.5. Dessa forma, a adoção da distância geográfica como critério de seleção busca assegurar maior eficiência, economicidade e responsabilidade ambiental na contratação, além de promover o desenvolvimento sustentável da região.

8.3.6. Apesar da definição de distância, a empresa deverá seguir o que diz o Art. 47 § 2º:

"Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

§ 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração."

Forma da prestação de serviços

8.4. O serviço será prestado de forma parcial, conforme necessidade da administração quando observada a necessidade de manutenção em aparelhos de ar-condicionado.

Garantia da Proposta

8.5. Não haverá exigência da garantia da proposta nos moldes do art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021.

Exigências de habilitação

8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que devem devidamente constar no **SICAF**:

Nível I – Credenciamento;

8.7. Credenciamento no SICAF, que deve haver sido realizado em até 3 (três) dias anteriormente à data da abertura da sessão.

Nível II - Habilitação jurídica

8.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e/ou Municipal

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício ou concorre;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício concorre;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Nível V - Qualificação Técnica

8.23. Declaração de visita constando que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.23.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional (empresa)

8.24. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou **atestados** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- 8.25.** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 8.26.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.27.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira

- 8.28.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, em plena vigência;
- 8.28.1.** A certidão positiva de recuperação judicial não impede a participação em licitação, desde que o plano de recuperação judicial seja devidamente homologado pelo judiciário.

Disposições gerais sobre habilitação

- 8.29.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.30.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 106.978,93

- 9.1.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 106.978,93 (cento e seis mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima constante no item 1.1, apurados através de:
- I - composição de custos unitários nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde;

10. Adequação orçamentária

- 10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Itaberáí.
- 10.1.1.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha	Dotação Orçamentária	Elemento de Despesa	Subelemento	Recurso /Dest.
0108	03.16.04.122.1104.2007.3.3.90.39.00	3.3.90.39.00	17 - Manutenção de Conservação de Máquinas e Equipamentos	1.00.000

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAMILA FAGUNDES DA COSTA
Supervisor de Compras



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 16:50:01.